



**SINDUSCON-AM**  
SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO AMAZONAS

2017

**newsletter** | Edição I  
Ano 1  
Janeiro

20/01/2017

**emtempo**  
O portal que você lê online

DIA A DIA

# Comitiva de Manaus conhece BRT em Bogotá



O prefeito de Manaus, Arthur Virgílio Neto, analisa operação do BRT de Bogotá – Fotos: Ulysse Marcondes/Semcom

Uma comitiva liderada pelo prefeito Arthur Virgílio Neto conheceu nesta quinta-feira, 19, as estruturas do *Bus Rapid Transit* (BRT) em Bogotá, capital da Colômbia. O grupo analisou o corredor exclusivo, as estações e terminais de integração que formam o sistema de transporte público na cidade.

O objetivo da visita é conhecer o sistema para implantá-lo em Manaus. Além do prefeito, integram a comitiva o superintendente municipal de Transportes Urbanos, Audo Albuquerque, o diretor-presidente do Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito (Manaustrans), Franklin Pinto, o secretário municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semmas), Antônio Nelson, os vereadores Chico Preto e Rosivaldo Cordovil presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade, além do empresário Pedro Simões, que presta assessoria sobre BRT à prefeitura.

Nesta quinta-feira, 19, pela manhã, o grupo reuniu-se com a diretoria da empresa Transmilenio, responsável pela projeção, implantação e administração do modal na cidade, e conheceu todo o histórico de transição do sistema de transporte público de Bogotá, iniciado em 1999.

O BRT de Bogotá realiza 2,4 milhões de viagens por dia, chega a transportar 52 mil passageiros por hora em momentos de pico. No local, o prefeito Arthur Virgílio Neto destacou como primordial o conhecimento *in loco* do sistema, que fez Bogotá ir de um transporte coletivo caótico à referência mundial.

**TODAS AS  
INFORMAÇÕES  
DA SUA  
TRANSPORTADORA  
EM UMA SÓ TELA**

Software para gestão de transportadoras 100% online

**EXPERIMENTE GRÁTIS**

hive.aou



O centro de controle informatizado que gere o sistema também foi visitado

“Estamos aprendendo com a experiência da Transmilenio. Dois mil e dezessete é o marco zero da implantação do BRT. Por isso, viemos conhecer o sistema, seus números, erros e acertos para entendermos que é o melhor modal. Queremos em quatro anos apresentar um bom resultado de mudança tecnológica, de costumes e de eficácia no transporte de massa para o povo manauara”, disse o prefeito.

Além do histórico, durante a visita, a comitiva teve acesso ao sistema de preparação das vias, de

distribuição das linhas, entre outras informações.

“É um processo difícil que necessita, principalmente, da colaboração de toda a sociedade para melhorar de vida por meio de um melhor transporte público. Para isso é preciso vontade, dos empresários, de toda a comunidade”, disse Carlos Alberto Acosta, administrador do sistema em Bogotá.

Para o superintendente da SMTU, a visita deixa clara a grande mudança pela qual deve passar o sistema de transporte em Manaus. “São informações mais que importantes para o nosso projeto. Será uma mudança de gestão cultural, que exige um entendimento com empresários, comunidade e demais modais”, disse Audo Albuquerque.

Com informações da assessoria

20/01/2017 às 05h00

## Governo estima PIB potencial de 3,8%

Por Claudia Safatle



Recém-concluído, um estudo da área econômica do governo indica que o potencial de crescimento do país é maior do que a maioria das estimativas feitas por profissionais do setor privado. Pelas contas oficiais, o Produto Interno Bruto (PIB) potencial nos próximos dez anos é de 3,8%.

Duas questões básicas orientam os economistas do setor público quando o tema é a atividade econômica. Elas se referem a quanto o país conseguirá crescer nos próximos anos e porque a saída da recessão, desta vez, é mais lenta do que nas experiências anteriores.

Para responder à primeira indagação, os técnicos oficiais tomaram como base o período pós-Plano Real, de 1994. Antes disso, a superinflação distorcia os dados. O crescimento da economia desde então foi, em média, de 3,3%.

---

***Em 10 anos, capacidade de crescimento é maior do que se imagina***

---

Desses foram descontados os efeitos demográficos - decorrentes de uma menor oferta de mão de obra jovem no mercado de trabalho - e do menor crescimento da economia chinesa (de uma taxa média de 10% nos anos 90 e 2000 para algo mais próximo de 6,5%). Esses dois fatores retiram 1 ponto percentual do PIB potencial que cai, portanto, para 2,3%.

Os técnicos do governo não consideram nas suas projeções os investimentos, que caíram substancialmente como proporção do PIB, porque entendem que havendo ganhos de produtividade, a taxa de investimento naturalmente crescerá. Esse, apontou um economista oficial, seria um dos equívocos do trabalho de Daniel Leichsenring, economista-chefe da gestora de recursos Verde Asset Management.



Publicado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", o estudo concluiu que o PIB potencial do país no pós-recuperação da recessão atual é de 1,5%, em comparação com 2,5% de crescimento médio nos anos de 1980.

Outro elemento relevante nos cálculos do governo, com impacto não desprezível na capacidade de crescimento, é o processo de redução do gasto público que a PEC do teto vai produzir nos próximos anos, em favor do aumento do investimento privado. Os técnicos se referem a esse fator como um processo de migração de um "crowding out" para "crowding in". Considerando que o setor privado é mais eficiente do que o governo, o efeito seria um aumento da produtividade.

Da década de 90 para cá o governo federal aumentou sua despesa em praticamente o dobro do crescimento do PIB. O gasto primário da União, que correspondia a 11% do produto em 1991, atualmente representa 19% do PIB e a vigência da PEC do teto - que determina o congelamento da despesa em termos reais pelos próximos 20 anos - deve reduzi-lo para 16% do PIB até 2027.

O agigantamento da União nesse período, em detrimento do investimento privado, retira cerca de 0,75 ponto percentual do potencial de crescimento pela perda de produtividade. A expansão do investimento privado esperada para os anos futuros acrescentaria 0,75 ponto percentual no PIB potencial. A diferença, de 1,5 ponto percentual, é o que a migração de uma situação para a outra pode acrescentar ao PIB. Ou seja, este passaria de um potencial de crescimento de 2,3% para 3,8%, se tudo ocorrer como planejado. Ou seja, com o rigoroso cumprimento do mandato da PEC do teto, a aprovação da reforma da Previdência e de um conjunto amplo de reformas microeconômicas destinadas a melhorar a produtividade da economia doméstica.

Se as limitações para o crescimento da economia brasileira não são tão dramáticas quanto parecem à primeira vista, busca-se uma resposta sobre qual a razão da lenta recuperação da atividade produtiva, que não se materializou no terceiro nem no quarto trimestre de 2016, como era esperado. Agora, a aposta do governo é que o fim da recessão se concretizará neste primeiro trimestre.

É claro que a retomada não será para o patamar de 3,8% potenciais de imediato. Será bem gradual. A causa da recessão que começou em 2014 foi o descontrole das contas públicas. Mas a razão da difícil virada da economia - da recessão para a recuperação da atividade - decorre do elevado endividamento das empresas e das famílias. Ambos estão em processo de desalavancagem há três trimestres.

A troca de governo - de Dilma Rousseff por Michel Temer - produziu uma sensível reversão das expectativas, resultando na queda do prêmio de risco do país, na valorização do real frente ao dólar, e de expansão do mercado acionário. Tal movimento, porém, não teve impacto na performance do PIB, porque as empresas, superendividadas, não tinham como retomar seus investimentos, e as famílias, também atoladas em dívidas e sob temor do desemprego, reduziram o consumo.

A expectativa é que com a queda mais acentuada da taxa de juros possa sobrar recursos para o aumento do investimento e do consumo. É importante ter em mente, porém, que o comprometimento da renda das empresas e das famílias com suas dívidas ainda é elevado e o processo de desalavancagem vai continuar ainda por algum tempo.

Da parte do governo, além das reformas da Previdência, trabalhista e, também, tributária, como tem salientado o presidente Temer nos últimos dias, o foco será na agenda de medidas microeconômicas. Essas mais a redução da taxa de juros - tanto da Selic quanto da taxa ao tomador final - vão gerar ganhos de produtividade e, portanto, um crescimento sustentável na ótica oficial.

No curto prazo, porém, o crescimento será muito modesto - algo entre 0,5% e 0,8% este ano - conforme revisão que está sendo feita nas projeções da área econômica do governo. A redução dos prognósticos para o PIB de 2017, que era de 1% em novembro, decorre de uma herança estatística de 2016 pior do que imaginada.

Melhora da educação dos brasileiros é fundamental para gerar ganhos de produtividade. Mas este é um processo bem mais lento do que as medidas de natureza econômica. Talvez em 30 anos o país chegue ao padrão americano, onde o tempo médio de escola de um cidadão é de 13 anos. Aqui, estuda-se, em média, apenas 7 anos.

**Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras**

**E-mail: [claudia.safatle@valor.com.br](mailto:claudia.safatle@valor.com.br)**

20/01/2017 às 05h00

## 'Minha Casa' estuda ampliar renda e valor para o imóvel

Por Edna Simão | De Brasília



O governo estuda aumentar o valor do imóvel e das faixas de renda para ampliar o número de atendidos pelo programa Minha Casa, Minha Vida. A medida faz parte do pacote de estímulo ao setor da construção civil que inclui ainda aprimoramentos legais, como na lei de alienação fiduciária e regras para multa em caso de desistência da compra do imóvel, para dar maior segurança jurídica.

O setor da construção civil solicitou ao governo uma mudança tanto no valor do imóvel quanto das faixas de renda para conseguir construir as 600 mil unidades definidas como meta do programa para contratação neste ano. Para fazer essas mudanças, seria preciso apenas a aprovação do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Atualmente, o programa contempla famílias com renda de até R\$ 6,5 mil na compra de uma unidade de até R\$ 225 mil. No fim de 2016, o governo analisava pedido do setor da construção a criação de uma nova faixa de renda para atender famílias com renda de até R\$ 15 mil na compra de imóveis com valor acima de R\$ 225 mil.

19/01/2017 às 05h00

## Governo prepara mudança em regras de alienação fiduciária

Por Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília



O governo prepara mudanças nas regras de alienação fiduciária - que garante a retomada do bem em caso de inadimplência do comprador - para dar mais segurança jurídica ao instrumento. O **Valor** apurou que uma das mudanças é definir claramente a regra de preço mínimo para o imóvel ir a leilão. A ideia em discussão é que o preço seja dado pelo Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos (ITBI) ou pelo valor de contrato, o que for maior. Hoje, não há regra definida e há muitas contestações, fatores que dificultam as vendas de imóveis retomados.

Outra iniciativa em estudo para melhorar a alienação fiduciária é dar preferência, no segundo leilão do bem, para a pessoa que comprou inicialmente o imóvel, mas que ficou inadimplente. A medida visa criar um incentivo para acabar com a prática do mercado de deixar o primeiro leilão "vazio" (jargão para ausência de interessados), fazendo com que o leilão seguinte seja feito sem regra de preço mínimo - levando ao chamado "preço vil".

As discussões estão sendo feitas em parceria com os representantes da iniciativa privada. O setor de construção civil foi um dos mais seriamente afetados pela crise econômica atual. Grande gerador de empregos, ele vive um quadro de superoferta de imóveis e crescente judicialização de discussões, por conta de questões não claramente explicitadas na lei.

O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, avalia como positiva as medidas em discussão e ressalta a necessidade de se ter aperfeiçoamentos legais para evitar interpretações jurídicas que causem insegurança no sistema. "É melhor reforçar o texto da lei do que ter uma má notícia", afirmou Martins, destacando que o instrumento da alienação fiduciária é algo positivo e foi fundamental para viabilizar o crescimento do setor de construção na última década, já que deu maior segurança para o crédito imobiliário.



O economista-chefe do Secovi-SP, Celso Petrucci, que participa das negociações com o governo, ressaltou que a alienação fiduciária continua sendo um alicerce do crédito imobiliário saudável, porém, é preciso ter alguns ajustes na legislação vigente para dar mais segurança jurídica aos envolvidos no negócio. "Ninguém está propondo nada radical. Mas existem alguns ajustes que não estão bem especificados na lei", diz Petrucci.

Ele defende também um aprimoramento na lei para diferenciar operações que são feitas para garantir um financiamento imobiliário ou uma operação comercial (por exemplo, uma empresa dá um de seus imóveis como garantia). Na avaliação do economista, o judiciário precisa tratar de forma distinta a operação feita por empresa da feita por pessoa física para aquisição de imóvel. "Queremos diminuir as dúvidas judiciais", afirmou. Petrucci mencionou ainda que há muitos questionamentos na Justiça sobre a retomada do imóvel por falta de pagamento e, por isso, algumas regras poderiam ser rediscutidas e ajustadas.

As conversas do governo com o setor privado são em torno de "seis ou sete medidas" para fortalecer o ambiente regulatório e, assim, criar algum estímulo adicional para a retomada da atividade no mercado imobiliário.

Outro tema que está nas discussões, e que já está próximo de uma conclusão, é a regulamentação do chamado "distrato", quando o comprador resolve desfazer a aquisição de um imóvel na planta. Uma nova reunião específica sobre esse tema deve ocorrer nesta quinta-feira entre governo e setor privado. Apesar de representantes do mercado ainda tentarem elevar a proposta sobre quanto a construtora poderá ficar, o governo não abre mão de 10% do valor do imóvel, limitado a 90% do que foi pago. A pressão era para elevar o índice para 15%, no caso de imóveis entre R\$ 500 mil e R\$ 1 milhão, e 20%, no caso de acima de R\$ 1 milhão.

Dentro do aperfeiçoamento do marco legal do distrato, o governo quer estabelecer uma regra de que os termos para se desfazer o negócio já estejam na própria capa do contrato, evitando desconhecimento por parte do comprador. Além disso, também quer prever um prazo de até 180 dias para a devolução do dinheiro pago a mais pelo comprador, tempo que, nas discussões em curso, poderia ser reduzido no caso em que há perda de emprego pelo comprador.



# FOLHA DE S. PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

95  
anos

SEXTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2017 ⌚ 10:53

## indicadores

### Cotação dos índices econômicos

<b>BOVESPA</b>	+0,44%	64,236	(10h18)
<b>DOLAR COM.</b>	-0,21%	R\$ 3,1970	(10h20)
<b>EURO</b>	+0,00%	R\$ 3,40210	(10h00)
Atualizado em 20/01/2017			Fonte: CMA

## **FGTS inativo começa a ser liberado em março**

***Os 10,1 milhões de trabalhadores vão poder fazer os saques de acordo com a ordem do mês de aniversário; R\$ 30 bilhões devem ser liberados***

Os 10,1 milhões de trabalhadores que possuem saldo em contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão sacar os recursos a partir de março. A ordem dos saques deve ser baseada no mês de aniversário do trabalhador. A Caixa propôs que a retirada seja feita até julho. O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse ao "Estado" que esse cronograma foi aprovado pelo presidente.

No entanto, outro ministro, sob condição de anonimato, disse que o período pode ser maior, de seis a oito meses. "Há problemas operacionais para a Caixa administrar uma demanda tão grande. Isso ainda está em discussão", afirmou. Segundo ele, no entanto, a intenção é que os saques ocorram no menor tempo possível, se possível a maior parte no 1.º semestre, para que a injeção de recursos ainda surta efeito na retomada da economia ainda neste ano.

Ontem, o presidente Temer negou que haja qualquer modificação em relação ao anúncio que o governo federal havia feito no mês passado sobre liberar o total dos recursos nas contas inativas do FGTS. Em discurso durante o lançamento do pré-custeio do Plano Safra 2016/2017, em Ribeirão Preto (SP), Temer falou que não há possibilidade de impedir a retirada de dinheiro por parte de 2% ou 3% das pessoas com recursos retidos no fundo, como foi publicado na imprensa.

"Quero esclarecer que não houve nenhuma modificação, quem tiver dinheiro nas contas inativas vai sacar por inteiro, qualquer valor", afirmou o presidente.

Ele destacou que a medida vai ajudar o trabalhador a pagar dívidas e representa mais de R\$ 30 bilhões na economia.

De acordo com dados oficiais, há atualmente 18,6 milhões de contas inativas há mais de um ano, com saldo total de R\$ 41 bilhões. A estimativa do governo é que 70% das pessoas com direito ao saque procurem a Caixa para ter acesso aos saldos das contas. Para os defensores da ideia, os saques não vão causar impacto significativo no saldo do FGTS, que é da ordem de R\$ 380 bilhões.

Assim que foi divulgada essa medida, como pacote de presente de Natal do governo, o setor da construção criticou a decisão de liberar o saldo total das contas inativas. A primeira ideia do governo era limitar entre R\$ 1 mil e R\$ 1,5 mil. Na última hora, o presidente foi convencido com o argumento de que 86% dessas contas têm saldo inferior a R\$ 880 (salário mínimo de 2016).

Construtoras e incorporadoras, no entanto, protestaram e disseram que 2% das contas detinham valores muito elevados e que esses recursos não seriam injetados na economia, mas apenas aplicados em outros investimentos mais rentáveis.

A Caixa chegou a propor um teto de 10 salários mínimos atuais (R\$ 9.370,00), mas o presidente teria decidido imediatamente, segundo relatos de fontes que estavam na reunião, que não colocaria restrição ao valor dos saques.



quinta-feira 19 de janeiro de 2017 - 8:30 AM

Da Redação / portal@d24am.com



Grupo Chibatão também anunciou a aquisição de mais seis novos guindastes da marca Liebherr, modelo LBS 600.  
Foto: Divulgação

**Manaus** - O Grupo Chibatão anunciou que está em fase de implementação da extensão do píer flutuante de seu Terminal Portuário em mais 826 metros, que passará de 1.420 metros para 2.246 metros, com capacidade para até oito navios, simultaneamente. Com a ampliação, Manaus terá o maior cais de porto flutuante do Brasil, no segundo semestre deste ano.

A companhia também anunciou a aquisição de mais seis novos guindastes da marca Liebherr, modelo LBS 600. Para a empresa, o investimento faz com que o Polo Industrial e o comércio ganhem reforço na qualidade e eficiência em movimentação de cargas.

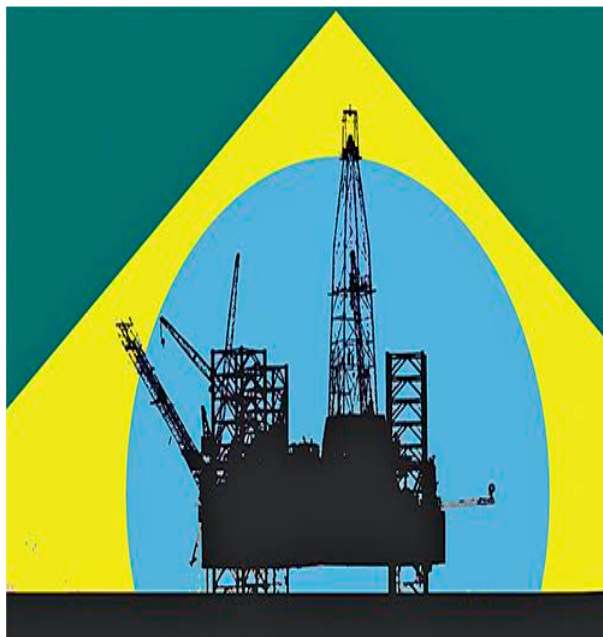
Cada guindaste permite uma movimentação média superior a 25 contêineres/hora, otimizando a produtividade em 33%. Os novos equipamentos têm capacidade de até 140 toneladas, alcance de 58 metros e funcionam com sistema híbrido, operando com eletricidade ou combustão, garantindo continuidade na operação portuária mesmo se houver oscilação de energia elétrica.

Segundo a empresa, os novos investimentos irão proporcionar às companhias marítimas que operam no Porto Chibatão uma redução de tempo de permanência dos navios, além de diminuir custos em virtude de uma operação portuária mais enxuta e rápida.



## Desenvolvimento e Petrobras em pauta

19/01/2017



Dentro do esforço do movimento Engenharia Unida em defesa da retomada do crescimento do País com a geração de emprego e renda, a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) e diversas entidades, como o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), o Clube de Engenharia, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e os sindicatos nacionais da indústria da Construção Pesada (Sinicon) e de empresas de consultoria (Sinaenco) e a Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) se reúnem no próximo dia 23 de janeiro, às 10h, na capital paulista. Em pauta: a retomada do desenvolvimento, com ênfase na indústria, e o caso da licitação aberta pela Petrobras apenas para empresas estrangeiras para a construção de unidade do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), alijando do processo as empresas nacionais.

O encontro contará também com a participação do presidente da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), que já se posicionou contrário ao certame da petrolífera: "Uma empresa brasileira tem que ficar de joelhos para uma firma internacional para poder entrar e trabalhar no seu próprio país, esse é um precedente perigoso politicamente e uma política antinacionalista."

A reunião será na sede da Abimaq, que fica Avenida Jabaquara, 2925, Mirandópolis.

### Proibido para brasileiros

A licitação da Petrobras diz respeito à retomada das obras da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN) no Comperj, em Itaboraí. Em nota publicada em seu site, a Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) lamenta que "o otimismo e a expectativa em torno da UPGN, que seria a única obra prevista para o Plano de Investimentos 2015-2019, parecem submergir depois das incertezas do ano passado". E continua: "E há uma razão forte para isso: a Petrobras acaba de enviar convites para 30 empresas estrangeiras participarem da licitação. Ao mesmo tempo em que se comemora a possível retomada, há também a decepção por nenhuma empresa brasileira ter sido convidada para participar do processo. Se elas participarem deste empreendimento, terão que se associar às empresas internacionais."